

EDITAL COM ALTERAÇÕES PREGÃO (ELETRONICO) P/ REGISTRO DE PREÇOS № 039/2021

PROCESSO: 02.371/2021

SETOR: Secretaria Municipal de Administração e Modernização do Serviço Público

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

TEMPO ORDINÁRIO DE DISPUTA MÍNIMO: 10 Minutos

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 10.520, de 17 julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e, subsidiariamente, à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Bem como o Decreto Municipal 4.662 de 27 de setembro de 2005, Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal 9.727 de 13 de janeiro de 2020 e Decreto Municipal 9.728 de 13 de janeiro de 2020.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

Data da Publicação do Edital: 26/04/2021

ABERTURA E INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

- Início do recebimento das propostas: 27/04/2021 às 17:30 horas
- Encerramento de recebimento de Propostas: 10/05/2021 às 09:00 horas
- Abertura das Propostas: 10/05/2021 às 09:01 horas
- Início do Pregão: 10/05/2021 às 09:30 horas

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

Setor de licitação: Telefones: (24) 2106-3534 / 2106-3411

Retirada do Edital: edital@barramansa.rj.gov.br / coordenadoria.compras@gmail.com Site: https://portaltransparencia.barramansa.rj.gov.br/licitacoes/

Site: www.bbmnetlicitacoes.com.br

Endereco: Rua Luiz Ponce, nº 263 - Centro - Barra Mansa/RJ

Todas as informações poderão ser obtidas de segunda à sexta-feira, exceto em feriados, no horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00, no endereço supracitado;

Solicitação de esclarecimentos:

E-mails: edital@barramansa.rj.gov.br / coordenadoria.compras@gmail.com ou no site da www.bbmnetlicitacoes.com.br, procurando o pregão e solicitando esclarecimentos no botão solicitar esclarecimentos.



Local onde será realizado o pregão: www.bbmnetlicitacoes.com.br

PROCESSO Nº: 02.371/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 039/2021

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- **1.1 –** O **Município de Barra Mansa** e o **Pregoeiro**, designado pela Portaria nº 019 de 24 de março de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- **1.2 –** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Barra Mansa, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNet Licitações", constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.bbmnetlicitacoes.com.br

2 - DO OBJETO:

- 2.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.
- **2.2–** O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços Anexo VIII e nas condições previstas neste Edital.
- **2.2.1-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, nos termos do Art 26 caput do Decreto Municipal nº 9.728 de 13 de Janeiro de 2020.
- **2.3–** Os preços registrados neste procedimento terão validade de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação da Ata de Registro de Preços no Boletim Oficial do Município.
- **2.4-** A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitações para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do § 4.º do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.

3 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 – As despesas com o pagamento do referido objeto correrá por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

63 - 33.90.39.00 - 0135

4 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:



- **4.1 –** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- **4.2 –** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5 – DA IMPUGNAÇÃO:

- **5.1 –** Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, dirigindo a impugnação por escrito ao seguinte endereço: Rua Luiz Ponce n° 263 Bairro Centro CEP: 27.310-400 Barra Mansa/RJ Coordenadoria de compras e Licitações, das 8:00 às 17:00 horas ou para os e-mails : edital@barramansa.rj.gov.br e coordenadoria.compras@gmail.com , deverá o proponente certificar-se de que foi recebido pelo setor de licitações, eximindo o Pregoeiro de qualquer responsabilidade por e-mails identificados automaticamente como spam ou similar.
- **5.2 –** Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas.
- **5.3 –** A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.
- **5.4 –** Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

6 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- **6.1 –** Poderão participar da presente licitação todos os interessados do ramo pertinente, inscritos ou não no Cadastro de Fornecedores desta Municipalidade, que atenderem as condições constantes neste edital e seus anexos.
- **6.2 –** Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - **6.2.1 –** O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- **6.2.2 –** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- **6.2.3 –** Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
 - **6.2.4 –** Consórcios de empresas licitantes;
- **6.2.5 –** Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela administração Municipal Direta ou Indireta nos termos do inc. III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;



- **6.2.6** Não será admitida a participação de licitantes já incursos na pena do inciso IV do art. 87 da lei nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado à reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- **6.2.7 –** Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

Obs.: Será admitida a participação no certame de empresas em recuperação judicial desde que esteja devidamente homologada em juízo.

7 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

- 7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 7.1.1 coordenar os trabalhos da equipe de apoio;
 - **7.1.2 –** responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - 7.1.3 abrir as propostas de preços;
 - 7.1.4 analisar a aceitabilidade das propostas;
 - **7.1.5** desclassificar propostas indicando os motivos;
 - **7.1.6 –** conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
 - 7.1.7 verificar a habilitação do proponente;
 - **7.1.8** declarar o vencedor;
 - **7.1.9 –** receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;
 - 7.1.10 elaborar a ata da sessão;
 - **7.1.11 –** encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.
- **7.1.12 –** abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

8 - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

8.1 – Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br, acesso "credenciamento – licitantes (fornecedores)".



- **8.2** As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou email, disponíveis no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br.
- **8.2.1 –** Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.bbmnetlicitacoes.com.br.

9 - PARTICIPAÇÃO

9.1 - É vedada a identificação do licitante em qualquer momento anterior a HABILITAÇÃO.

- **9.2 –** A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, **opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação"**
- **9.2.1** As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.
- **9.3 –** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **9.4 –** Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
 - **9.4.1 –** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.
- **9.5** Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.
- **9.6** O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a homologação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal "www.bbmnetlicitacoes.com.br", que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

10 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 – O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



- **10.2 –** As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.
- **10.2.1 –** Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:
- **10.2.1.1 –** Os produtos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.
- **10.2.1.2** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico, atentando se que se o órgão solicita valor global da proposta, deverá ser cadastrado no valor proposto o valor global; caso o órgão solicite o valor unitário, deverá ser cadastrado no valor proposto o valor unitário e o mesmo será calculado o valor total automaticamente, caso o órgão tenha solicitado mais itens dentro do mesmo lote e cadastrado esses itens um a um o sistema irá solicitar que clique no sinal de mais que estará em verde e coloque o preço unitário que o mesmo será calculado e atualizado ao final do preenchimento total dos itens.
- **10.2.1.3 –** Conter prazo de entrega. O prazo de entrega do objeto desta licitação é o constante no formulário para proposta comercial e deverá ser rigorosamente obedecido, ficando cientes os licitantes que estarão sujeitos às penalidades prevista neste Edital, em caso de atraso dos mesmos.
- **10.2.1.4 –** Conter local de entrega. O objeto licitado deverá ser entregue pelo licitante vencedor, no local indicado no formulário para proposta comercial, que é parte integrante deste Edital.
- **10.2.1.5 –** Conter marca do material cotado, observando-se que não serão aceitas cotações de mais de uma marca por item, e, ainda, nem entrega de marca diferente das cotadas na proposta.

Obs.: Item não válido para serviços.

- **10.2.1.6 –** Não serão aceitas propostas com exigência de faturamento mínimo, material sujeito a confirmação de estoque, entrega venda prévia, ou quaisquer outras condicionantes dessa natureza.
- **10.2.1.7 –** O licitante deverá apresentar orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários detalhando em custos variáveis, custos fixos (custo de capital, depreciação e remuneração/despesas com pessoal/despesas administrativas), custo total dos serviços (ISS-PIS-COFINS) e lucratividade.

Obs.: Item válido somente para licitação de serviços.

- 10.3 No campo apropriado do sistema eletrônico será necessário informar a MARCA.
- **10.3.1 –** Verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma BBMNET Licitações
- **10.4 –** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais



como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

- **10.5 –** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.
- **10.6** No preenchimento da proposta deverão, obrigatoriamente, ser informada no campo próprio a QUANTIDADE, UNIDADE, ESPECIFICAÇÕES E PREÇO UNITÁRIO E TOTAL INICIAL com no máximo 03 casas decimais após a vírgula.

11 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES

- **11.1** A partir do horário previsto no sistema, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 9.1, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- **11.2 –** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- **11.2.1** Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.
- 11.2.2 Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.
- **11.3** Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.
- **11.3.1 –** Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.
- 11.4 ABERTO: O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. O sistema informará "Dou-lhe uma" quando faltar 02m00s (dois minutos para o termino da etapa de lances (sessão pública), "Dou-lhe duas" quando faltar 01m00s (um minuto) e "Dou-lhe três Fechado" quando chegar no tempo programado para o encerramento. Na hipótese de haver um lance de preço menor que o menor lance de preço registrado no sistema, nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance, reiniciando a contagem para o fechamento, a partir do "Dou-lhe uma" e, assim, sucessivamente.
- **11.4.1** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- **11.4.2 –** O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.



- 11.4.3 Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna Situação) e, no caso de uma Prorrogação Automática, o ícone de "Dou-lhe uma", "Dou-lhe duas", é exibido;
- **11.5** Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme procedimento detalhado no item 14 deste Edital.
- **11.6** O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

12 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **12.1 –** O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**menor preço global**", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor por lote, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.
- **12.2 –** Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o Pregoeiro poderá negociar a redução do preço com o seu detentor.
- **12.3 –** Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 10.520/2002 e 8.666/1993. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas nos itens 13.0 e 14.0 deste Edital.
- **12.3.1 –** No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta no mesmo prazo previsto no item 13, a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.
- **12.3.3** A inobservância ao prazo elencado no item 13 ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.
- **12.4 –** Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- **12.5 –** Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.
- **12.6** Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.



- **12.7 –** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.
- **12.8 –** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- **12.9 –** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo § 1º do art. 36 do Decreto Municipal n.º 9.727/2020.

13 – HABILITAÇÃO

- **13.1** Os licitantes encaminharão, <u>EXCLUSIVAMENTE</u> por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação <u>(ANEXO II)</u> exigidos no edital, proposta <u>(ANEXO V)</u> com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **13.1.1 –** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- **13.2 –** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- **13.3 –** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- **13.4 –** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- **13.5 –** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- **13.6 –** Franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de **30 (trinta) minutos**, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.
- **13.7** O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.
- **13.8** Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante do **item 13.1**, deverão ser **relacionados e apresentados** na Coordenadoria de Compras e Licitações desta Prefeitura, localizada na Rua Luiz Ponce, nº 263, Centro Barra



Mansa/RJ – CEP 27-310-400, das 08h às 12h e das 14h às 16h30, em **até 02 (dois)** dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

Obs.: As empresas que encaminharem a documentação pelo correio deverão enviar o código de rastreio no prazo de 02 (dois) dias úteis por e-mail.

- **13.8.1** Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- **13.8.2** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- **13.9 –** A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.
- **13.10 –** A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

Obs.: Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

13.10.1 – Para Habilitação Jurídica:

- 13.10.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- **13.10.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 13.10.1.3 Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras;
- **13.10.1.4 Inscrição do Ato Constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 13.10.1.5 Declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos conforme ou **Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas** praticados contra trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 14(quatorze) anos, expedida pela Delegacia Regional do Trabalho do Estado de sua Sede ou Órgão Competente do Estado de sua Sede <u>ou</u> Declaração firmada pelo licitante, conforme Decreto Federal nº 4358 de 05 de Setembro de 2002 (Anexo IV).

13.10.2 - Para Qualificação Econômica - Financeira:

13.10.2.1 – Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica até 90 (noventa) dias da data da abertura das propostas;



Obs.: Será admitida a participação no certame de empresas em recuperação judicial desde que esteja devidamente homologada em juízo.

- **13.10.2.2 Certidão Negativa de Débitos perante a Justiça do Trabalho**, afim de provar a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de Maio de 1943.
- 13.10.2.3 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigível e apresentados na forma da lei (Termo de Abertura e Encerramento registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio, ou publicados em diário oficial) que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- **Obs.:** O Capital social não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor global da licitação.

13.10.3 - Para Regularidade Fiscal:

- 13.10.3.1 Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- **13.10.3.2** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- 13.10.3.3 Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Federal conjunta com a Dívida Ativa da União, conforme portaria conjunta PGFN/RFB n. 2 de 31 de agosto de 2005 em validade, relativa à sede da licitante, compreendendo também a <u>regularidade com os débitos</u> <u>previdenciários</u>;
- **13.10.3.4 Certidão Negativa, expedida pela Fazenda Estadual** (ICMS) da sede da empresa;
- Obs.: As empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar também a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, em validade, conforme determina a Resolução Conjunta PGE/SER nº 033 de 24/11/2004 da Secretaria de Estado da Receita e Procuradoria Geral do Estado.
- **13.10.3.5 Certidão Negativa, expedida pela Fazenda Municipal** da sede da empresa;
- **13.10.3.6** Certificado de Regularidade de Situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;
 - 13.10.3.7 Proposta financeira (Anexo V);
 - 13.10.3.8 Declaração de superveniência (Anexo III).

13.10.4 – Para Qualificação Técnica:



- **13.10.4.1** Atestado de capacidade técnica emitido por instituições de direto público ou privado que comprovem o fornecimento de materiais compatível com o objeto licitado;
- 13.10.4.2 Prova de cadastramento no CNES Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde/Ministério da Saúde para os serviços solicitados neste edital; (INCLUÍDO)
- 13.10.4.3 Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Medicina, com prazo de validade em vigor; (INCLUÍDO)
- **13.10.4.4** A comprovação de possuir em seu quadro técnico permanente médico do trabalho devidamente registrado no órgão competente (CRM). **(INCLUÍDO)**
 - **Obs.:** A comprovação será feita mediante apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, cópia da carteira de trabalho, ficha de registro de empregado/livro de empregados com o visto do órgão competente ou contrato que comprove vínculo empregatício do profissional com o estabelecimento interessado.
- **13.11 –** Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda por meio de cópia simples, a ser autenticada por servidor habilitado da Coordenadoria de Compras e Licitações, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
- **13.11.1 –** Os documentos de habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 90 dias.
- **13.12 –** O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.
- **13.13 –** A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

14 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

- **14.1 –** O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e aos microempreendedores individuais de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:
- **14.1.1** Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, no ato do cadastramento da proposta inicial, marcando o campo ME/EPP simples ou quando tiver o no regulamento do órgão o campo ME/EPP regional (caso se enquadre nessa modalidade) do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.



- **14.1.1.1 –** O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.
- **14.1.2 –** Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1° e 2° do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.
- **14.1.2.1** Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais.
- **14.1.2.2 –** Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma dos itens 12.3.1 e 13.0 deste edital.
- **14.1.3** Caso ocorra a situação de empate descrita no item 14.1.2.1, o pregoeiro convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou dos microempreendedores individuais mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote no prazo de cinco minutos.
- **14.1.3.1 –** Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 14.1.2.1 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.
- **14.1.3.2 –** A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais que primeiro apresentar lance inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa será considerada arrematante pelo pregoeiro, que encerrará a disputa do lote na sala virtual, e que deverá apresentar da documentação de habilitação e da proposta de preços, conforme item 12.3.1 deste edital.
- **14.1.3.3 –** O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.
- **14.1.4 –** Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais, seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.
- **14.1.4.1 –** Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais, observado o previsto no item 14.1.2.2.



- **14.1.4.2 –** No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais, o pregoeiro o fará através do "chat de mensagens".
- 14.1.4.3 A partir da convocação de que trata o item 14.1.4.2, a microempresa, empresa de pequeno porte, terá o prazo de 02 (duas) horas para informar o seu valor, a então mais bem classificada, através do "chat de mensagens", sob pena de preclusão de seu direito.
- **14.1.1.4 –** Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa exercite o seu direito de apresentar proposta inferior a mais bem classificada, terá, a partir da apresentação desta no "chat de mensagens", o mesmo prazo de para encaminhar a documentação de habilitação e proposta de preços.
- **14.1.5 –** O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.
- **14.1.6** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

15 - DOS RECURSOS

- **15.1 –** Proferida a decisão que declarar o vencedor e decorrido o prazo que trata o subitem 13.5, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.bbmnetlicitacoes.com.br.
- **15.2 –** Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio, www.bbmnetlicitacoes.com.br opção **RECURSO**.
- **15.2.1** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- **15.3** A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.
- **15.4 –** Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente.
- **15.5 –** O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



- **15.6 –** Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 15.7 O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.
- **15.8 –** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

16 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **16.1 –** Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.
- **16.2 –** Nos demais casos, o pregoeiro fará a adjudicação do(s) lote(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es).
- **16.3 –** A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

17 – DA CONTRATAÇÃO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **17.1** A empresa deverá comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, por escrito, para assinatura da Ata de Registro de Preços.
- **17.1.1 –** Decorrido o prazo sobredito, contado do recebimento do comunicado oficial para assinatura, observado o disposto no § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93, e não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas no item 23.0 deste edital.
- **17.2** Na hipótese do licitante vencedor não comparecer para assinatura no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após ser formalmente convocado pela Administração do Município, decairá do direito a contratação, sem prejuízo das demais sanções estipuladas no item 23 deste Edital, sendo a Sessão retomada e os demais proponentes chamados na ordem de classificação.
- **17.2.1** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 17.2.2 O disposto no subitem 17.2 poderá sempre se repetir até a efetiva celebração da Ata de Registro de Preços com o Contratante, observado as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.
- **17.3 –** Qualquer entendimento relevante entre a Contratante e a Contratada será formalizado por escrito e também integrará a Ata.
- **17.4 –** A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos Arts. 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93.



18 - DO REAJUSTE

18.1 – Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta.

19 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **19.1 -** Compete à Contratante:
 - 19.1.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
 - **19.1.2 –** Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel recebimento dos produtos.
- **19.1.3 –** Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel cumprimento do que está solicitado neste Edital e seus Anexos e no presente contrato assinado.

20 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **20.1 –** Compete à Contratada:
- **20.1.1 –** Efetuar a entrega dos produtos, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações do Anexo I deste edital.
- **20.1.2 –** Substituir, obrigatoriamente, o produto que não atender as exigências de qualidade para utilização.
- **20.1.3 –** Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até cumprimento total do contrato.

21 - DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

- **21.1 –** Os produtos serão recebidos de acordo com o previsto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
- **21.2 –** O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

22 - DO PAGAMENTO

- **22.1 –** O **MUNICÍPIO** efetuará o pagamento a empresa adjudicatária após mensalmente, de acordo com a entrega dos materiais, no valor da Nota de Empenho, no 30º (trigésimo) dia corrido após o adimplemento de cada parcela e apresentação da Nota Fiscal Eletrônica/Fatura correspondente, devidamente aceita e atestada pelo órgão competente;
- **22.2 –** Por eventuais atrasos de pagamento, não ocasionados pela licitante vencedora, o Município de Barra Mansa pagará juros moratórios de 1% (um por cento) e correção monetária com base no IGP-M da FGV, ao mês, calculando entre a data do vencimento da obrigação e aquela do seu efetivo pagamento, pro-rata die. Caso o Município de Barra Mansa,



eventualmente, antecipe o pagamento de alguma fatura, haverá desconto sobre o valor da mesma, de acordo com o mesmo critério anteriormente previsto.

- **22.3** Os pagamentos realizados eventualmente com antecedência sofrerão a incidência de percentual na ordem de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) de desconto ao dia de antecipação, pro rata die.
- **22.4 –** O pagamento será realizado de acordo com a regulamentação da Administração Pública Municipal.
- **22.5 –** Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **22.6 –** Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 22.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

23 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **23.1-** A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:
- **a)** 0,03% (três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida.
- **23.2-** Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à (citar o órgão pelo infrator):
 - a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- **23.3-** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

24 - DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 – A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo O Município de Barra Mansa, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação



mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. Por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Barra Mansa poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

- **24.2 –** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Barra Mansa não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **24.3** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- **24.4 –** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- **24.5** Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seu Anexo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na Prefeitura Municipal de Barra Mansa com exceção ao tópico 15.1 deste Edital, de forma que, caso o término do prazo das 24 (vinte e quatro) expire num sábado ou feriado, ainda assim, contará para os fins legais.
- **24.6** É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- **24.6.1** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;
- **24.7 –** O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- **24.8** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- **24.8.1** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Coordenadoria de Compras e Licitações e pelo Pregoeiro;
- **24.9** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site da Prefeitura Municipal de Barra Mansa.
- **24.10 –** A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.



- **24.11 –** Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro, comunicando devidamente aos licitantes do pregão eletrônico.
- **24.12 –** Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.
- **24.13 –** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Barra Mansa, considerado aquele a que está vinculado o órgão promotor desta licitação.
- **24.14 –** A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.
- **24.15 –** Constitui parte integrante deste edital:
- ANEXO I Termo de Referência;
- ANEXO II Exigências para habilitação;
- ANEXO III Modelo de declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação;
- ANEXO IV Modelo de declaração de ilícitos trabalhistas cometidos contra menores;
- ANEXO V Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do edital;
- ANEXO VI Modelo de carta de credenciamento/ procuração;
- ANEXO VII Declaração de conhecimento e atendimento as condições do edital;
- ANEXO VIII Minuta de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- ANEXO IX Minuta de Ata de Registro de Preços.

Barra Mansa, 22 de Abril de 2021.

Renata Erica de Moura das Neves Conceição Assistente Técnico



ANEXO I PREGÃO (ELETRONICO) № 039/2021 TERMO DE REFERÊNCIA

1. Introdução

Este termo de referência reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis para realização de registro de preços para a contratação de serviços de perícia médica terceirizada para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Barra Mansa, com vistas a realizar o controle de absenteísmo / dispensas médicas dos servidores municipais, realizar a avaliação de processos de licença para acompanhamento de pessoas na família com problemas de saúde, a realização de exames admissionais, demissionais, periódicos e retorno ao trabalho, que dependem de avaliação médica e a realização de exames complementares.

2. Objeto

Contratação de serviços de natureza continuada, por intermédio de empresa prestadora de serviços na área de medicina do trabalho, sob demanda, para atender as necessidades do Município de Barra Mansa/RJ, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, conforme especificações e quantidades estabelecidas no quadro abaixo:

| Item | Serviço | Quantidade Estimada | Forma de Execução |
|------|--|------------------------|----------------------|
| 1 | Elaboração de ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO (Admissional, Demissional, Periódico e Retorno ao Trabalho); | 2 000 | Sob Demanda |
| 2 | Realização de perícias médicas na análise das solicitações de readaptação de função, concessões de licença para acompanhamento e redução de carga horária, com emissão de relatório social nos casos em que o mesmo se fizer necessário. | 1.000 | Sob Demanda |
| 3 | Homologação de atestados médicos de até 15 dias de afastamento, realizada dentro da legislação pertinente do Estatuto do Funcionalismo Público e das normas baixadas pela Administração Municipal. | 10.000 | Sob Demanda |
| 4 | Hemograma Completo | 2.000 | Sob Demanda |
| 5 | Plaquetas | 2.000 | Sob Demanda |
| 6 | Velocidade de Hemossedimentação (VHS) | 2.000 | Sob Demanda |



| 7 | Creatinina | 2.000 | Sob Demanda |
|----|--|-------|-------------|
| 8 | Glicemia de jejum | 2.000 | Sob Demanda |
| 9 | Gama Glutamil Transferase (GAMA GT) | 2.000 | Sob Demanda |
| 10 | Tempo de Tromboplastina Total e Parcial Ativado (TTPA) | 2.000 | Sob Demanda |
| 11 | EAS | 2.000 | Sob Demanda |
| 12 | Eletrocardiograma | 2.000 | Sob Demanda |
| 13 | Raio X – Tórax. | 2.000 | Sob Demanda |
| 14 | Exame Otorrinolaringológico com descrição da Laringoscopia Indireta | 2.000 | Sob Demanda |
| 15 | Acuidade Visual | 2.000 | Sob Demanda |
| 16 | Audiométrico | 2.000 | Sob Demanda |
| 17 | Eletroencefalograma | 2.000 | Sob Demanda |

3. Descrição Técnica

3.1. Detalhamento do Objeto:

Item 1 – O Atestado de Saúde Ocupacional - ASO deverá ser emitido quando da realização do exame médico ocupacional e será indicada a capacidade ou incapacidade laborativa do funcionário, sendo que uma via será encaminhada ao Setor de RH em tempo hábil para atender as determinações da legislação vigente.

- Item 2 Realização de perícias médicas na análise das solicitações de readaptação de função, concessões de licença para acompanhamento e redução de carga horária, com emissão de relatório social nos casos em que o mesmo se fizer necessário.
- Item 3 Homologação de atestados médicos de até 15 dias de afastamento, realizada dentro da legislação pertinente do Estatuto do Funcionalismo Público e das normas baixadas pela Administração Municipal.
- Item 4 Exame Hemograma Completo
- Item 5 Exame de Plaquetas
- Item 6 Exame Velocidade de Hemossedimentação (VHS)
- Item 7 Exame Creatinina



- Item 8 Exame Glicemia de jejum
- Item 9 Exame Gama Glutamil Transferase (GAMA GT)
- Item 10 Exame Tempo de Tromboplastina Total e Parcial Ativado (TTPA)
- Item 11 Exame EAS
- Item 12 Exame Eletrocardiograma
- Item 13 Exame Raio X Tórax
- Item 14 Exame Otorrinolaringológico com descrição da Laringoscopia Indireta
- Item 15 Exame de Acuidade Visual
- Item 16 Exame Audiométrico
- Item 17 Exame Eletroencefalograma
- **3.2.** Os serviços elencados nos itens 01 a 17 deverão ser realizados em local disponibilizado pela contratada que deverá estar localizado na região central do Município num raio de até 3 km do Centro Administrativo Municipal Prefeito Luiz Amaral (CAMPLA), visando facilitar e agilizar o deslocamento necessário.
- **3.3.** Os atendimentos e exames deverão ser realizados em sistema de agendamento prévio, a fim de garantir que os serviços prestados atendam às necessidades do Município de Barra Mansa/RJ no momento oportuno e de evitar filas e longas esperas, considerando sempre a agilidade no atendimento e a urgência de cada caso com atendimento no mínimo três vezes na semana.
- **3.4.** A Contratada deverá emitir relatórios gerenciais mensais de todos os serviços realizados, contendo a descrição e o quantitativo dos serviços prestados e outras informações que se façam necessárias, a critério do Contratante. Os relatórios deverão ser entregues impressos em conjunto com as notas fiscais e em formato eletrônico. Cabe ressaltar que todos os serviços serão executados sob demanda.
- **3.5.** O Setor Responsável deverá avaliar a pertinência e solicitar a execução de cada serviço, quando for necessário. Portanto, os serviços devem ser cobrados conforme a efetiva realização dos mesmos.
- **3.6.** Todos os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser prestados em locais adequados em consonância com as normas vigentes da vigilância sanitária em todas as suas esferas, normas de conselhos de classe e demais normas que regulamentam a realização dos serviços que se pretende contratar.
- **3.7.** Cumpre informar que a quantidade de empregados na Prefeitura de Barra Mansa atualmente é de cerca de 4000 funcionários, podendo ocorrer variações no transcorrer da



contratação.

4. Dados Complementares

- **4.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, sendo esse prazo improrrogável.
- **4.2.** Os contratos firmados terão a duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado, por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 57, Inc. II, da Lei 8.666/93, mediante assinatura de Termo Aditivo.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **5.1.** Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei Nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei Nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:
- **5.1.1.** Responsabilizar-se civil e penalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do contrato, além de assumir os encargos e as obrigações elencadas neste Termo de Referência;
- **5.1.2.** Assumir a responsabilidade por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados;
- **5.1.3.** Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inc. XIII, da Lei Nº 8.666/1993, as quais serão observadas, quando da realização de pagamentos à Contratada;
- **5.1.4.** Obedecer integralmente às prescrições constantes das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho;
- **5.1.5.** Prestar assistência, sempre que requisitada, para esclarecimento de dúvidas sobre o objeto da contratação;
- **5.1.6.** Repassar todas as orientações e solicitações oriundas da prestação do serviço por escrito, visando às providências necessárias;
- **5.1.7.** Informar por escrito, no ato da assinatura do contrato, a qualificação dos profissionais que irão executar os serviços durante a vigência do contrato, inclusive quando houver substituição;
- **5.1.8.** Orientar e propor soluções corretivas e preventivas ao Município de Barra Mansa sempre que necessário;
- **5.1.9.** Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos, por motivos



estranhos a sua vontade, tais como: força maior comprovada, impossibilidade notória em face de instruções determinantes dos Órgãos Públicos, judiciais ou de classe, bem como caso fortuito;

- **5.1.10.** Indicar o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimento com o Município de Barra Mansa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de assinatura do contrato;
- **5.1.11.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Município de Barra Mansa;
- **5.1.12.** Não transferir a outrem os serviços objeto do contrato, no todo ou em parte, sem prévia autorização por escrito do Contratante, ressalvadas a transferência a terceiros das responsabilidades contratuais e legais;
- **5.1.13.** Emitir nota fiscal com descrição detalhada apenas dos serviços solicitados/executados no período.
- **5.1.14.** Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital;
- **5.1.15.** Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto do edital nos limites fixados no art. 65, § 1° e 2°, da Lei Federal n° 8.666/93;
- **5.1.16.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- **5.1.17.** Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.
- **5.1.18.** A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.
- **5.1.19.** A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o órgão contratante ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do órgão contratante ou de seus prepostos, devendo, ainda, a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao órgão contratante dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE

6.1. Ficam reservados ao gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o ÓRGÃO CONTRATANTE ou modificação da contratação;



- **6.2.** As decisões que ultrapassarem a competência do gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;
- **6.2.1.** Atender à Contratada no que tange o desempenho de sua obrigação, dentro da normalidade do contrato;
- **6.2.2.** Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços deste Contrato, através de gestor devidamente designado para tal finalidade;
- **6.2.3.** Comunicar à Contratada as irregularidades observadas na execução dos serviços;
- **6.2.4.** Observar todas as orientações fornecidas pela Contratada, visando ao cumprimento da legislação pertinente;
- **6.2.5.** Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- **6.2.6.** Rescindir o contrato pelos motivos dispostos nos Arts. 77 e 78 e nas formas previstas no Art. 80, todos da Lei Nº 8.666/93;
- **6.2.7.** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, de acordo com os serviços prestados.

7. Critérios de Aceitação do Objeto

- **7.1.** O recebimento provisório do objeto será efetuado pelo fiscal do contrato do órgão contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias e nos termos do art. 73, inciso I, alínea a, da Lei Federal 8666/93.
- **7.2.** O recebimento definitivo do objeto será efetuado pelo gestor do contrato do órgão contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias, depois de verificada a conformidade das especificações dos serviços com aquelas contratadas e consignadas neste termos e no edital,
- **7.3.** Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas, Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo;
- **7.4.** Se após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.
- **7.5.** O aceite/aprovação dos serviços pelo órgão contratante não exclui a responsabilidade civil do prestador de serviços por vício de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo.



PAULO VICTOR DA SILVA MENEZES GERENTE DE RECURSOS HUMANOS

| LOTE | ITEM | QUANT | UN | DESCRIÇÃO | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |
|------|------|-------|----|--|------------|----------------|
| | 01 | 2.000 | UN | ELABORAÇÃO DE ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL ; ASO (ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO E RETORNO AO TRABALHO); O ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO DEVERÁ SER EMITIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL E SERÁ INDICADA A CAPACIDADE OU INCAPACIDADE LABORATIVA DO FUNCIONÁRIO, SENDO QUE UMA VIA SERÁ ENCAMINHADA AO SETOR DE RH EM TEMPO HÁBIL PARA ATENDER AS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Detalhamento: ELABORAÇÃO DE ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL ; ASO (ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO E RETORNO AO TRABALHO); O ATESTADO DE SAÚDE | R\$ 33,53 | R\$ 67.060,00 |
| 01 | | | | OCUPACIONAL - ASO DEVERÁ SER EMITIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL E SERÁ INDICADA A CAPACIDADE OU INCAPACIDADE LABORATIVA DO FUNCIONÁRIO, SENDO QUE UMA VIA SERÁ ENCAMINHADA AO SETOR DE RH EM TEMPO HÁBIL PARA ATENDER AS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS NA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE READAPTAÇÃO DE | | |
| | 02 | 1.000 | UN | FUNÇÃO, CONCESSÕES DE LICENÇÁ PARA ACOMPANHAMENTO E REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, COM EMISSÃO DE RELATÓRIO SOCIAL NOS CASOS EM QUE O MESMO SE FIZER NECESSÁRIO. Detalhamento: REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS NA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO, CONCESSÕES DE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO E REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, COM EMISSÃO DE READAPTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, COM EMISSÃO DE DESTA ATÓRIO COULANDOS CARGOS EM AUTORIO. | R\$ 196,53 | R\$ 196.530,00 |
| | 03 | 7.000 | UN | RELATÓRIO SOCIAL NOS CASOS EM QUE O MESMO SE FIZER NECESSÁRIO. HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS DE ATÉ 15 DIAS DE AFASTAMENTO, REALIZADA DENTRO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE DO ESTATUTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO E DAS NORMAS BAIXADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Detalhamento: HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS | R\$ 27,87 | R\$ 195.090,00 |



| | | | MÉDICOS DE ATÉ 15 DIAS DE AFASTAMENTO, REALIZADA DENTRO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE DO ESTATUTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO E DAS NORMAS BAIXADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. | | |
|----|-------|----|---|------------|----------------|
| 04 | 2.000 | UN | EXAME HEMOGRAMA COMPLETO Detalhamento: EXAME HEMOGRAMA COMPLETO | R\$ 7,03 | R\$ 14.060,00 |
| 05 | 2.000 | UN | Detalhamento: EXAME DE PLAQUETAS | R\$ 6,58 | R\$ 13.160,00 |
| 06 | 2.000 | UN | EXAME VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS) Detalhamento: EXAME VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS) | R\$ 8,78 | R\$ 17.560,00 |
| 07 | 2.000 | UN | EXAME CREATININA Detalhamento: EXAME CREATININA | R\$ 6,53 | R\$ 13.060,00 |
| 08 | 2.000 | UN | EXAME GLICEMIA EM JEJUM Detalhamento: EXAME GLICEMIA EM JEJUM | R\$ 6,05 | R\$ 12.100,00 |
| 09 | 2.000 | UN | EXAME GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE (GAMA GT) Detalhamento: EXAME GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE (GAMA GT) | R\$ 7,17 | R\$ 14.340,00 |
| 10 | 2.000 | UN | EXAME TEMPO DE TROMBOPLASTINA TOTAL E PARCIAL ATIVADO (TTPA) Detalhamento: EXAME TEMPO DE TROMBOPLASTINA TOTAL E PARCIAL ATIVADO (TTPA) | R\$ 9,22 | R\$ 18.440,00 |
| 11 | 2.000 | UN | EXAME EAS Detalhamento: EXAME EAS | R\$ 9,25 | R\$ 18.500,00 |
| 12 | 2.000 | UN | EXAME ELETROCARDIOGRAMA Detalhamento: EXAME ELETROCARDIOGRAMA | R\$ 24,13 | R\$ 48.260,00 |
| 13 | 2.000 | UN | EXAME RAIO X DO TÓRAX Detalhamento: EXAME RAIO X DO TÓRAX | R\$ 41,24 | R\$ 82.480,00 |
| 14 | 2.000 | UN | EXAME OTORRINOLARINGOLÓGICO COM DESCRIÇÃO DA LARINGOSCOPIA INDIRETA Detalhamento: EXAME OTORRINOLARINGOLÓGICO COM DESCRIÇÃO DA LARINGOSCOPIA INDIRETA | R\$ 210,00 | R\$ 420.000,00 |
| 15 | 2.000 | UN | Detalhamento: EXAME DE ACUIDADE VISUAL | R\$ 9,80 | R\$ 19.600,00 |
| 16 | 2.000 | UN | EXAME AUDIOMÉTRICO Detalhamento: EXAME AUDIOMÉTRICO | R\$ 22,25 | R\$ 44.500,00 |



| | 17 | 2.000 | UN | EXAME ELETROENCEFALOGRAMA | R\$ 41,93 | R\$ 83.860,00 |
|---------|-------|-------|-------|---|-----------|------------------|
| | | | | Detalhamento: EXAME ELETROENCEFALOGRAMA | | |
| VALOR T | OTAL: | ***** | ***** | ********************* | ***** | R\$ 1.278.600,00 |

VALOR TOTAL: R\$ 1.278.600,00

- a) Condições de pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal, desde que atestada a entrega dos materiais.
- b) Validade da proposta: 90 dias
- c) Prazo de entrega: Imediata, após cada solicitação.
- d) Local da entrega: A combinar com o setor solicitante.
- e) Prazo do Registro de Preços: 12 (doze) meses.
- f) CONDIÇÕES DE PREENCHIMENTO DE NOTA FISCAL.
- Os campos obrigatórios na Nota Fiscal devem ser preenchidos de forma correta, legível, sem rasuras e em conformidade com a nota de empenho;
- Para permitir a correta identificação do produto ou serviço, descreve-lo de forma completa e em conformidade com o Edital;
- No caso de equipamentos, se possível, constar o número de série e marca do bem.



PREGÃO (ELETRONICO) Nº 039/2021

ANEXO II – Exigências para habilitação

Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa

Para Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras;
- **d)** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos conforme ou Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados contra trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 14(quatorze) anos, expedida pela Delegacia Regional do Trabalho do Estado de sua Sede ou Órgão Competente do Estado de sua Sede ou Declaração firmada pelo licitante, conforme Decreto Federal nº 4358 de 05 de Setembro de 2002 (Anexo IV).

Para Qualificação Econômica - Financeira:

 a) Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica até 90 (noventa) dias da data da abertura das propostas;

Obs.: Será admitida a participação no certame de empresas em recuperação judicial desde que esteja devidamente homologada em juízo.

- b) Certidão Negativa de Débitos perante a Justiça do Trabalho, afim de provar a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de Maio de 1943.
- c) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigível e apresentados na forma da lei (Termo de Abertura e Encerramento registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio, ou publicados em diário oficial) que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;



Obs.: O Capital social não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor global da licitação.

Para Regularidade Fiscal:

 a) Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

- b) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Federal conjunta com a Dívida Ativa da União, conforme portaria conjunta PGFN/RFB n. 2 de 31 de agosto de 2005 em validade, relativa à sede da licitante, compreendendo também a <u>regularidade com</u> os débitos previdenciários;
- c) Certidão Negativa, expedida pela Fazenda Estadual (ICMS) da sede da empresa;

Obs.: As empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar também a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, em validade, conforme determina a Resolução Conjunta PGE/SER nº 033 de 24/11/2004 da Secretaria de Estado da Receita e Procuradoria Geral do Estado.

- d) Certidão Negativa, expedida pela Fazenda Municipal da sede da empresa;
- e) Certificado de Regularidade de Situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Proposta financeira (Anexo V);
- g) Declaração de superveniência (Anexo III).

Para Qualificação Técnica:

- Atestado de capacidade técnica emitido por instituições de direto público ou privado que comprovem o fornecimento de materiais compatível com o objeto licitado;
- b) Prova de cadastramento no CNES Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde/Ministério da Saúde para os serviços solicitados neste edital; (INCLUÍDO)
- c) Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Medicina, com prazo de validade em vigor; (INCLUÍDO)
- **d)** A comprovação de possuir em seu quadro técnico permanente médico do trabalho devidamente registrado no órgão competente (CRM). **(INCLUÍDO)**

Obs.: A comprovação será feita mediante apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, cópia da carteira de trabalho, ficha de registro de



empregado/livro de empregados com o visto do órgão competente ou contrato que comprove vínculo empregatício do profissional com o estabelecimento interessado.

- ✓ As empresas que encaminharem a documentação pelo correio deverão enviar o código de rastreio no prazo de 02 (dois) dias úteis por e-mail.
- ✓ Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93; e licitantes declaradas inidôneas, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública, seja Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.
- ✓ A falta de quaisquer dos documentos mencionados, ou a apresentação dos mesmos em desacordo com o presente edital, implicará na desclassificação da licitante.
- Os documentos exigidos para esta licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração que realiza a licitação, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão do próprio licitante deverão ser impressos em papel timbrado do mesmo, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido, devidamente identificado. A autenticação dos documentos de habilitação do licitante vencedor poderá, também, ser realizada por servidor da unidade que realiza a licitação, mediante a apresentação dos originais.



PREGÃO (ELETRONICO) Nº 039/2021

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2021

| (Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as |
|---|
| penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no |
| presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. |

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREGÃO (ELETRONICO) Nº 039/2021

| ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADOS MENORES |
|--|
| PREGÃO ELETRÔNICO №/ |
| PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA REF: nº/ |
| |
| inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA para fins do disposto no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 |
| para fins do disposto no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. |
| Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). |
| OSB: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima. |
| Barra Mansa, dede 2021. |
| Empresa:Representante Legal: (Nome completo) |



PREGÃO (ELETRONICO) Nº 039/2021

ANEXO V - CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

A Coordenadoria de Compras e licitações

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº** ____/2021 - Comissão de Licitação – Carta-Proposta. Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1.IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE E CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. CONDIÇÕES GERAIS

| LOTE | ITEM | QUANT | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |
|------|------|-------|----|---|-------|-----------|-----------|
| 01 | 01 | 2.000 | UN | ELABORAÇÃO DE ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL ; ASO (ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO E RETORNO AO TRABALHO); O ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO DEVERÁ SER EMITIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL E SERÁ INDICADA A CAPACIDADE OU INCAPACIDADE LABORATIVA DO FUNCIONÁRIO, SENDO QUE UMA VIA SERÁ ENCAMINHADA AO SETOR DE RH EM TEMPO HÁBIL PARA ATENDER AS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. | | • | |
| | | | | Detalhamento: ELABORAÇÃO DE ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL ; ASO (ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO E RETORNO AO TRABALHO); O ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO DEVERÁ SER EMITIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL E SERÁ INDICADA A CAPACIDADE OU INCAPACIDADE LABORATIVA DO FUNCIONÁRIO, SENDO QUE UMA VIA SERÁ ENCAMINHADA AO SETOR DE RH EM TEMPO HÁBIL PARA ATENDER AS | | | |



| | 1 | 1 | | | |
|----|-------|-----|--|--|--|
| | | | DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. | | |
| 02 | 1.000 | UN | REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS NA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO, CONCESSÕES DE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO E REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, COM EMISSÃO DE RELATÓRIO SOCIAL NOS CASOS EM QUE O MESMO SE FIZER NECESSÁRIO. | | |
| 02 | 1.000 | UN | Detalhamento: REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS NA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO, CONCESSÕES DE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO E REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, COM EMISSÃO DE RELATÓRIO SOCIAL NOS CASOS EM QUE O MESMO SE FIZER NECESSÁRIO. | | |
| 03 | 7.000 | UN | HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS DE ATÉ 15 DIAS DE AFASTAMENTO, REALIZADA DENTRO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE DO ESTATUTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO E DAS NORMAS BAIXADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. | | |
| 03 | 7.000 | OIV | Detalhamento: HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS DE ATÉ 15 DIAS DE AFASTAMENTO, REALIZADA DENTRO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE DO ESTATUTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO E DAS NORMAS BAIXADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. | | |
| 04 | 2.000 | UN | EXAME HEMOGRAMA COMPLETO Detalhamento: EXAME HEMOGRAMA COMPLETO | | |
| 05 | 2.000 | UN | EXAME DE PLAQUETAS Detalhamento: EXAME DE PLAQUETAS | | |
| 06 | 2.000 | UN | EXAME VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS) Detalhamento: EXAME VELOCIDADE | | |
| 07 | 2.000 | UN | DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS) EXAME CREATININA | | |
| | | | Detalhamento: EXAME CREATININA | | |



| | | | EXAME GLICEMIA EM JEJUM | |
|-------------|-----------|------------|--|--|
| 08 | 2.000 | UN | Detalhamento: EXAME GLICEMIA EM JEJUM | |
| 09 | 2.000 | UN | EXAME GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE (GAMA GT) Detalhamento: EXAME GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE (GAMA GT) | |
| 10 | 2.000 | UN | EXAME TEMPO DE TROMBOPLASTINA TOTAL E PARCIAL ATIVADO (TTPA) Detalhamento: EXAME TEMPO DE TROMBOPLASTINA TOTAL E PARCIAL ATIVADO (TTPA) | |
| 11 | 2.000 | UN | EXAME EAS Detalhamento: EXAME EAS | |
| 12 | 2.000 | UN | EXAME ELETROCARDIOGRAMA Detalhamento: EXAME ELETROCARDIOGRAMA | |
| 13 | 2.000 | UN | EXAME RAIO X DO TÓRAX Detalhamento: EXAME RAIO X DO TÓRAX | |
| 14 | 2.000 | UN | EXAME OTORRINOLARINGOLÓGICO COM DESCRIÇÃO DA LARINGOSCOPIA INDIRETA Detalhamento: EXAME OTORRINOLARINGOLÓGICO COM DESCRIÇÃO DA LARINGOSCOPIA INDIRETA | |
| 15 | 2.000 | UN | Detalhamento: EXAME DE ACUIDADE VISUAL | |
| 16 | 2.000 | UN | EXAME AUDIOMÉTRICO Detalhamento: EXAME AUDIOMÉTRICO | |
| 17 | 2.000 | UN | EXAME ELETROENCEFALOGRAMA Detalhamento: EXAME ELETROENCEFALOGRAMA | |
| VALOR TOTAL | .******** | ********** | ************** | ************************************** |

<u>OBS.:</u> O licitante deverá apresentar orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários detalhando em:

¹⁻ custos variáveis;



- 2- custos fixos (custo de capital, depreciação e remuneração/despesas com pessoal/despesas administrativas);
- 3- custo total dos serviços (ISS-PIS-COFINS) e
- 4- lucratividade.

Conforme subitem 10.2.1.7 do edital.

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total do lote, de acordo com o Anexo I do Edital. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

VALOR UNITÁRIO: R\$ (Por extenso)

Local de entrega:

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE (OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



PREGÃO (ELETRONICO) Nº 039/2021

ANEXO VI

<u>CARTA DE CREDENCIAMENTO</u> (modelo)

| À |
|---|
| Comissão Permanente de Licitação |
| Coordenadoria de Compras e Licitações |
| Rua Luiz Ponce, nº 263 – Centro |
| Barra Mansa/RJ |
| Prezados Senhores: |
| Pela presente fica credenciado o Sr. (nome) (qualificação na empresa e residência completa, portador da carteira de identidade nº, expedida em// pelo), para representar esta empresa (razão social, endereço e CNPJ) na Licitação modalidade Pregão Eletrônico nº/2021 a ser realizada nesta data, podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários, inclusive prestar esclarecimentos, receber avisos e notificações, manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, formular ofertas e lances de preços na sessão, assinar atas e outros documentos. |
| Atomoiogomento |

Atenciosamente

Nome completo do emitente Nº da carteira de identidade e órgão emissor Apor o carimbo da firma

OBS: A CARTA DE CREDENCIAMENTO SOMENTE TERÁ VALOR QUANDO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE, COM PODERES ESTATUTÁRIOS E/OU CONTRATUAIS PARA CONSTITUIR MANDATÁRIOS.



PREGÃO (ELETRONICO) Nº 039/2021

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

MODELO DECLARAÇÃO

| Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto do pregão e os termos constantes no Edital de Pregão Eletrônico nº/2021 e seu(s) ANEXOS e do Regulamento do Sistema de Licitação na Modalidade de Pregão da Bolsa Brasileira de Mercadorias(s), e que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive as demais formalidades relativas a documentação que deverá ser apresentada para fins habilitação. |
|--|
| Data: |
| Assinatura |



PREGÃO (ELETRONICO) Nº 039/2021

ANEXO VIII

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL



PREGÃO (ELETRONICO) Nº 039/2021

ANEXO IX

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2021

| Aos () dias do mês de de 2021 no site da operadora de pregão eletrônico, registram-se os preços das empresas abaixo informadas conforme |
|---|
| descrição dos itens e demais condições desta ATA de Registro de Preços, em atendimento a |
| O prazo de vigência do registro de preços é de 12 (doze) meses , contados da data de sua publicação no Boletim Oficial do Município – BOM. |
| CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: |
| 1.1. A presente contratação é feita pela licitação Modalidade Pregão Eletrônico n. / |
| 1.2. Será incluído o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, conforme inciso II do Art. 14 do Decreto Municipal n. 9.728/2020, conforme relatório em anexo. |
| 1.3. Caso não haja sucesso na negociação para que os fornecedores apresentem o preço do primeiro colocado, serão registrados os preços apresentados. |
| CLÁUSULA SEGUNDA: DOS FORNECEDORES |
| A - Razão Social: |
| C.N.P.J.: |
| Representante Legal: CPF: |
| B - Razão Social: |
| C.N.P.J.: Representante Legal: |
| Representante Legal: CPF: |
| C - Razão Social: |
| C.N.P.J.: Representante Legal: |
| CPF: |



CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

| 3.1. Constitui objeto desta ATA de Registro de Preços, para | | | | | | | | | com estrita |
|--|------|---------------|------------------|--------------|-------|------|--|----|-------------|
| observância | do | EDITAL | CLASSIFICATÓRIO, | constante | às | fls. | | do | Processo |
| Administrati | vo r | ـــــــ | e conforme | e abaixo reg | istra | ido: | | | |

| LOTE | ITEM | QT | UN | DESCRIÇÃO | PREÇO | MARCA | CLASSIF. |
|------|------|------|----|---|-------|-------|----------|
| 01 | 01 | 2.00 | UN | ELABORAÇÃO DE ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL ¿ ASO (ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO E RETORNO AO TRABALHO); O ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO DEVERÁ SER EMITIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL E SERÁ INDICADA A CAPACIDADE LABORATIVA DO FUNCIONÁRIO, SENDO QUE UMA VIA SERÁ ENCAMINHADA AO SETOR DE RH EM TEMPO HÁBIL PARA ATENDER AS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Detalhamento: ELABORAÇÃO DE ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL, DEMISSIONAL, DEMISSIONAL, DEMISSIONAL, DEMISSIONAL, DEMISSIONAL, DEMISSIONAL, DEMISSIONAL, DEMISSIONAL - ASO DEVERÁ SER EMITIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL E SERÁ INDICADA A CAPACIDADE OU INCAPACIDADE LABORATIVA DO FUNCIONÁRIO, SENDO QUE UMA VIA SERÁ ENCAMINHADA AO SETOR DE RH EM TEMPO HÁBIL PARA ATENDER AS DETERMINADA AO SETOR DE RH EM TEMPO HÁBIL PARA ATENDER AS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. | | | |
| | 02 | 1.00 | UN | REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS NA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO, CONCESSÕES DE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO E REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, COM EMISSÃO | | | |



| | | | DE RELATÓRIO SOCIAL NOS CASOS EM QUE O MESMO SE FIZER NECESSÁRIO. Detalhamento: REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS NA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO, CONCESSÕES DE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO E REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, COM EMISSÃO DE RELATÓRIO SOCIAL NOS CASOS EM QUE O MESMO SE FIZER NECESSÁRIO. | | | | | |
|----|------|----|---|--|--|--|--|--|
| | 7.00 | | HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS DE ATÉ 15 DIAS DE AFASTAMENTO, REALIZADA DENTRO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE DO ESTATUTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO E DAS NORMAS BAIXADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. | | | | | |
| 03 | 0 | UN | Detalhamento: HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS DE ATÉ 15 DIAS DE AFASTAMENTO, REALIZADA DENTRO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE DO ESTATUTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO E DAS NORMAS BAIXADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. | | | | | |
| 04 | 2.00 | UN | EXAME HEMOGRAMA COMPLETO Detalhamento: EXAME HEMOGRAMA COMPLETO | | | | | |
| 05 | 2.00 | UN | EXAME DE PLAQUETAS Detalhamento: EXAME DE PLAQUETAS | | | | | |
| 06 | 2.00 | UN | EXAME VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS) Detalhamento: EXAME VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS) | | | | | |
| 07 | 2.00 | UN | EXAME CREATININA | | | | | |



| | | | | Detalhamento: EXAME | | | | | | | | | | | |
|---|------|---------|------|---|------|------|-----------|---|--|---|---|--|--|--|--|
| | | | | CREATININA ENA | | | | | ļ | | | | | | |
| | | | | EXAME GLICEMIA EM JEJUM | | | | | 1 | | | | | | |
| | 08 | 08 2.00 | UN | | | | | | 1 | | | | | | |
| | | | | Detalhamento: EXAME | | | | | 1 | | | | | | |
| | | | | GLICEMIA EM JEJUM EXAME GAMA GLUTAMIL | | | | | | | | | | | |
| | | | | TRANSFERASE (GAMA | | | | | | | | | | | |
| | | 2.00 | | GT) | | | | | 1 | | | | | | |
| | 09 | 0 | UN | Detalhamento: EXAME | | | | | | | | | | | |
| | | | | GAMA GLUTAMIL | | | | | | | | | | | |
| | | | | TRANSFERASE (GAMA GT) | | | | | | | | | | | |
| | | | | EXAME TEMPO DE | | | | | | | | | | | |
| | | | | TROMBOPLASTINA TOTAL E PARCIAL ATIVADO | | | | | | | | | | | |
| | | | | (TTPA) | | | | | | | | | | | |
| | 10 | 2.00 | UN | Detalhamento: EXAME | | | | | | | | | | | |
| | | | | TEMPO DE | | | | | | | | | | | |
| | | | | TROMBOPLASTINA TOTAL | | | | | | | | | | | |
| | | | | E PARCIAL ATIVADO (TTPA) | | | | | | | | | | | |
| | 4.4 | 2.00 | 2.00 | 2.00 | 2.00 | 1.75 | EXAMÉ EAS | | | | | | | | |
| | 11 | 0 | UN | Detalhamento: EXAME EAS | | | | | | | | | | | |
| | | | | EXAME | | | | | | | | | | | |
| | 12 | 2.00 | UN | ELETROCARDIOGRAMA | | | | | | | | | | | |
| | 12 0 | 0 | | Detalhamento: EXAME | | | | | | | | | | | |
| | | | | ELETROCARDIOGRAMA EXAME RAIO X DO TÓRAX | | | | | ļ | | | | | | |
| | 10 | 2.00 | LINI | LAAME RAIO A DO TORAX | | | | | | | | | | | |
| | 13 | 0 | UN | Detalhamento: EXAME | | | | | | | | | | | |
| | | | | RAIO X DO TÓRAX EXAME | | | | | | | | | | | |
| | | | | OTORRINOLARINGOLÓGI | | | | | | | | | | | |
| | | | | CO COM DESCRIÇÃO DA LARINGOSCOPIA | | | | | | | | | | | |
| | | 2.00 | | INDIRETA | | | | | | | | | | | |
| | 14 | 0 | UN | Detalhamento: EXAME | | | | | | | | | | | |
| | | | | OTORRINOLARINGOLÓGI | | | | | | | | | | | |
| | | | | CO COM DESCRIÇÃO DA LARINGOSCOPIA | | | | | | | | | | | |
| | | | | INDIRETA | | | | | | | | | | | |
| | | | | EXAME DE ACUIDADE | | | | | | | | | | | |
| | 15 | 2.00 | UN | VISUAL | | | | | | | | | | | |
| | . • | 0 | | Detalhamento: EXAME DE | | | | | | | | | | | |
| | | | | ACUIDADE VISUAL EXAME AUDIOMÉTRICO | | | | | <u> </u> | | | | | | |
| | 16 | 2.00 | UN | | | | | | | | | | | | |
| | 10 | 0 | UN | Detalhamento: EXAME AUDIOMÉTRICO | | | | | | | | | | | |
| | | | | EXAME | | | | | | | | | | | |
| | | | | ELETROENCEFALOGRAM | | | | | | | | | | | |
| | 17 | 2.00 | UN | A | | | | | | | | | | | |
| | '' | 0 | | Detalhamento: EXAME | | | | | | | | | | | |
| | | | | ELETROENCEFALOGRAM A | | | | | 1 | | | | | | |
| L | | 1 | 1 | '' | L | L | l | ı | 1 | L | L | | | | |

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DE PREÇOS:



- **4.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir de cada entrega e desde que seja entregue a nota fiscal no departamento responsável.
- **4.2.** Os preços que vierem a serem pactuados, por decorrência desta Licitação, serão fixos e irreajustáveis no período de **12 (doze) meses**, nos termos da Lei Federal n°10.192/2001, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra do equilíbrio econômicofinanceiro, situação prevista na alínea "d" do Inciso II do art. 65 da Lei Federal n. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- **4.3.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, o Município convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a ATA de Registro de Preços.
- **4.4.** Inexiste a possibilidade de adoção, pelas partes, de qualquer espécie de atualização financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGISTRO DE PREÇOS E A VALIDADE DA ATA

- **5.1.** O Registro de Preços será formalizado por intermédio da ATA de Registro de Preços, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura aquisição, com validade de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação no Boletim Oficial do Município BOM.
- **5.2.** O prazo de vigência da presente ATA de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.
- **5.3.** Ao preço da licitante vencedora poderão ser registrados tantos fornecedores quanto necessários para que em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total.
- **5.4.** A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- **5.4.1.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DOS PEDIDOS, DO RECEBIMENTO E DO CANCELAMENTO

6.1. As aquisições serão formalizadas por Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento, cada vez que solicitada pelo setor contratante, desde que dentro do prazo de validade da ATA de Registro de Preços.



- **6.2.** O MUNICIPIO, através da Coordenadoria de Compras, respeitada a ordem de registro, selecionará os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos de fornecimento, quando necessário.
- **6.3.** A empresa vencedora fica obrigada a entregar o(s) objeto(s) licitado(s) no prazo máximo de 03 (três) dias contados a partir do recebimento de cada empenho ou documento equivalente emitido pela ______.
- **6.4.** O aceite e aprovação dos produtos pelo Município, não exclui a responsabilidade civil da empresa vencedora por vício de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência que deverá ser parte anexa a esta ATA;
- **6.5.** O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.
- **6.6.** O cancelamento do registro de preços poderá ser:
- a) a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ATA, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- **b)** por iniciativa do MUNICÍPIO.
- **c)** quando a empresa registrada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- **d)** quando a empresa registrada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica em sendo o caso, exigida neste edital ou quando a empresa descumprir as obrigações decorrentes da ATA de Registro de Preços (ANEXO VIII).
- e) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.
- f) a pedido do fornecedor.
- **g)** Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o MUNICÍPIO fará o devido apostilamento na ATA de Registro de Preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES PARA INADIMPLEMENTO:

- **7.1.** Caso a licitante deixe de cumprir quaisquer das obrigações assumidas, infrinja os preceitos legais ou cometa fraudes, por qualquer meio, a presente Licitação, ficará sujeito a uma ou mais das seguintes penalidades a juízo da administração do Município:
- a) Advertência.
- **b)** Multa diária correspondente a 0,1% (hum décimo por cento) do valor total da Nota de Empenho por dia de atraso que se verificar na data prevista para a entrega das mercadorias



a serem adquiridas, bem como pelo não cumprimento do disposto em algum item deste edital. Persistindo a aplicação de multa por período igual ou superior a 05 (cinco) dias, considerar-se-á rescindido esta, de pleno direito, independentemente de perdas e danos que forem apurados, ficando ainda a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

- **c)** O MUNICÍPIO poderá, ainda, aplicar à LICITANTE, multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração; no entanto, o seu valor total não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor da Nota de Empenho.
- **d)** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e/ou indireta deste município pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a licitante que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e Art. 15º do Decreto Municipal n.º 4.662 de 27 de setembro de 2006.
- **e)** Declaração de inidoneidade, quando a empresa adjudicatária não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.
- f) O atraso injustificado na entrega das mercadorias constitui motivo para o cancelamento da ATA de Registro de Preços, podendo nos termos do Art. 7o da Lei Federal n. 10.520/02, ser impedida de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

7.2 - DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- **7.2.1.** A ATA de Registro de Preços poderá ser revogada pelo Município:
- a) automaticamente;
- b) por decurso de prazo de vigência;
- c) quando não restarem fornecedores registrados.
- d) pelo município, quando caracterizado o interesse público.

| Barra Mansa/RJ, de de 202 | 21. |
|---------------------------|-----|
| | |
| | |
| Pregoeiro | |

ANEXO IX.1



MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2021

| Aos () dias do mês de de 2021 na Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barra Mansa, registram-se os preços da empresa, com sede na ENDEREÇO COMPLETO DA EMPRESA, inscrita no CNPJ n, neste ato representada pelo Sr, portador da Carteira de Identidade n e CPF n, para, conforme descrição dos itens e demais condições desta ATA de |
|---|
| Registro de Preços, em atendimento ao |
| O prazo de vigência do registro de preços é de 12 (doze) meses , contados da data de sua publicação no Boletim Oficial do Município – BOM. |
| CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: |
| 1.1. A presente contratação é feita pela licitação Modalidade Pregão Eletrônico n. |
| CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO |
| 2.1. Constitui objeto desta ATA de Registro de Preços, para com estrita observância do EDITAL CLASSIFICATÓRIO, constante às fls do Processo |

| LOTE | ITEM | QUANT | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |
|------|------|-------|----|---|-------|-----------|-----------|
| 01 | 01 | 2.000 | UN | ELABORAÇÃO DE ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL ¿ ASO (ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO E RETORNO AO TRABALHO); O ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO DEVERÁ SER EMITIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL E SERÁ INDICADA A CAPACIDADE OU INCAPACIDADE LABORATIVA DO FUNCIONÁRIO, SENDO QUE UMA VIA SERÁ ENCAMINHADA AO SETOR DE RH EM TEMPO HÁBIL PARA ATENDER AS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Detalhamento: ELABORAÇÃO DE ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL ; ASO | | | |



| | | (ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO E RETORNO AO TRABALHO); O ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO DEVERÁ SER EMITIDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL E SERÁ INDICADA A CAPACIDADE OU INCAPACIDADE LABORATIVA DO FUNCIONÁRIO, SENDO QUE UMA VIA SERÁ ENCAMINHADA AO SETOR DE RH EM TEMPO HÁBIL PARA ATENDER AS DETERMINAÇÕES DA | | |
|---------|-------|--|--|--|
| 02 1.00 | 00 UN | LEGISLAÇÃO VIGENTE. REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS NA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO, CONCESSÕES DE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO E REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, COM EMISSÃO DE RELATÓRIO SOCIAL NOS CASOS EM QUE O MESMO SE FIZER NECESSÁRIO. | | |
| | 3.1 | Detalhamento: REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS NA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO, CONCESSÕES DE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO E REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, COM EMISSÃO DE RELATÓRIO SOCIAL NOS CASOS EM QUE O MESMO SE FIZER NECESSÁRIO. | | |
| | | HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS DE ATÉ 15 DIAS DE AFASTAMENTO, REALIZADA DENTRO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE DO ESTATUTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO E DAS NORMAS BAIXADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. | | |
| 03 7.00 | 00 UN | Detalhamento: HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS DE ATÉ 15 DIAS DE AFASTAMENTO, REALIZADA DENTRO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE DO ESTATUTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO E DAS NORMAS BAIXADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. | | |
| 04 2.00 | 00 UN | EXAME HEMOGRAMA COMPLETO | | |



| | | | | | I | |
|--|----|-------|------|---|---|---|
| | | | | Detalhamento: EXAME HEMOGRAMA COMPLETO | | |
| | | | | EXAME DE PLAQUETAS | | |
| | 05 | 2.000 | UN | Detalhamento: EXAME DE | | |
| | | | | PLAQUETAS EXAME VELOCIDADE DE | | |
| | 06 | 2.000 | UN | EXAME VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS) | | |
| | | 2.000 | | Detalhamento: EXAME VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS) | | |
| | | | | EXAME CREATININA | | |
| | 07 | 2.000 | UN | Details and EVAME ODE ATINIALA | | |
| | | | | Detalhamento: EXAME CREATININA | | |
| | | | | EXAME GLICEMIA EM JEJUM | | |
| | 08 | 2.000 | UN | Detalhamento: EXAME GLICEMIA EM JEJUM | | |
| | | | | EXAME GAMA GLUTAMIL | | |
| | | | | TRANSFERASE (GAMA GT) | | |
| | 09 | 2.000 | UN | Detallanguates EVANAE CANAA | | |
| | | | | Detalhamento: EXAME GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE (GAMA | | |
| | | | | GT) | | |
| | | | | EXAME TEMPO DE | | |
| | | | | TROMBOPLASTINA TOTAL E | | |
| | | | | PARCIAL ATIVADO (TTPA) | | |
| | 10 | 2.000 | UN | | | |
| | | | | Detalhamento: EXAME TEMPO DE TROMBOPLASTINA TOTAL E | | |
| | | | | PARCIAL ATIVADO (TTPA) | | |
| | 11 | 2.000 | UN | EXAME EAS | | |
| | | | | | | |
| | | | | Detalhamento: EXAME EAS | | |
| | | | | EXAME ELETROCARDIOGRAMA | | |
| | 12 | 2.000 | UN | Detalhamento: EXAME | | |
| | | | | ELETROCARDIOGRAMA | | |
| | | | | EXAME RAIO X DO TÓRAX | | |
| | 13 | 2.000 | UN | | | |
| | 13 | 2.000 | UN | Detalhamento: EXAME RAIO X DO | | |
| | | | | TÓRAX | | |
| | | | | EXAME OTORRINOLARINGOLÓGICO COM | | |
| | | | | DESCRIÇÃO DA LARINGOSCOPIA | | |
| | | | | INDIRETA | | |
| | 14 | 2.000 | UN | | | |
| | | | | Detalhamento: EXAME | | |
| | | | | OTORRINOLARINGOLÓGICO COM | | |
| | | | | DESCRIÇÃO DA LARINGOSCOPIA INDIRETA | | |
| | 15 | 2.000 | UN | EXAME DE ACUIDADE VISUAL | | |
| | 10 | 2.000 | UIV. | LAW WILL DE AUGUDADE VIOUAL | | İ |



| | | | | Detalhamento: EXAME DE ACUIDADE VISUAL | | |
|--|----|-------|----|---|--|-----|
| | | | | EXAME AUDIOMÉTRICO | | |
| | 16 | 2.000 | UN | Detalhamento: EXAME AUDIOMÉTRICO | | |
| | | | | EXAME ELETROENCEFALOGRAMA | | |
| | 17 | 2.000 | UN | Detalhamento: EXAME ELETROENCEFALOGRAMA | | |
| VALOR TOTAL:************************************ | | | | | | R\$ |

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DE PREÇOS:

- **3.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir de cada entrega e desde que seja entregue a nota fiscal no departamento responsável.
- **3.2.** Os preços que vierem a serem pactuados, por decorrência desta Licitação, serão fixos e irreajustáveis no período de **12 (doze) meses**, nos termos da Lei Federal n°10.192/2001, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, situação prevista na alínea "d" do Inciso II do art. 65 da Lei Federal n. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- **3.3.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, o Município convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a ATA de Registro de Preços.
- **3.4.** Inexiste a possibilidade de adoção, pelas partes, de qualquer espécie de atualização financeira.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGISTRO DE PREÇOS E A VALIDADE DA ATA

- **4.1.** O Registro de Preços será formalizado por intermédio da ATA de Registro de Preços, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura aquisição, com validade de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação no Boletim Oficial do Município BOM.
- **4.2.** O prazo de vigência da presente ATA de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.
- **4.3.** Ao preço da licitante vencedora poderão ser registrados tantos fornecedores quanto necessários para que em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total.
- **4.4.** A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.



4.4.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA QUINTA – DA EMISSÃO DOS PEDIDOS, DO RECEBIMENTO E DO CANCELAMENTO

- **5.1.** As aquisições serão formalizadas por Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento, cada vez que solicitada pelo setor contratante, desde que dentro do prazo de validade da ATA de Registro de Preços.
- **5.2.** O MUNICIPIO, através da Coordenadoria de Compras, respeitada a ordem de registro, selecionará os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos de fornecimento, quando necessário.
- **5.3.** A empresa vencedora fica obrigada a entregar o(s) objeto(s) licitado(s) no prazo máximo de 03 (três) dias contados a partir do recebimento de cada empenho ou documento equivalente emitido pela ______.
- **5.4.** O aceite e aprovação dos produtos pelo Município, não exclui a responsabilidade civil da empresa vencedora por vício de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência que deverá ser parte anexa a esta ATA:
- **5.5.** O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.
- **5.6.** O cancelamento do registro de preços poderá ser:
- **a)** a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ATA, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- b) por iniciativa do MUNICÍPIO.
- **c)** quando a empresa registrada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- **d)** quando a empresa registrada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica em sendo o caso, exigida neste edital ou quando a empresa descumprir as obrigações decorrentes da ATA de Registro de Preços (ANEXO VIII).
- e) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.
- f) a pedido do fornecedor.



g) Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o MUNICÍPIO fará o devido apostilamento na ATA de Registro de Preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES PARA INADIMPLEMENTO:

- **6.1.** Caso a licitante deixe de cumprir quaisquer das obrigações assumidas, infrinja os preceitos legais ou cometa fraudes, por qualquer meio, a presente Licitação, ficará sujeito a uma ou mais das seguintes penalidades a juízo da administração do Município:
- a) Advertência.
- **b)** Multa diária correspondente a 0,1% (hum décimo por cento) do valor total da Nota de Empenho por dia de atraso que se verificar na data prevista para a entrega das mercadorias a serem adquiridas, bem como pelo não cumprimento do disposto em algum item deste edital. Persistindo a aplicação de multa por período igual ou superior a 05 (cinco) dias, considerar-se-á rescindido esta, de pleno direito, independentemente de perdas e danos que forem apurados, ficando ainda a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- c) O MUNICÍPIO poderá, ainda, aplicar à LICITANTE, multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração; no entanto, o seu valor total não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor da Nota de Empenho.
- **d)** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e/ou indireta deste município pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a licitante que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e Art. 15º do Decreto Municipal n.º 4.662 de 27 de setembro de 2006.
- **e)** Declaração de inidoneidade, quando a empresa adjudicatária não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.
- f) O atraso injustificado na entrega das mercadorias constitui motivo para o cancelamento da ATA de Registro de Preços, podendo nos termos do Art. 7o da Lei Federal n. 10.520/02, ser impedida de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

6.2 - DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- **6.2.1.** A ATA de Registro de Preços poderá ser revogada pelo Município:
- a) automaticamente;
- b) por decurso de prazo de vigência;
- c) quando não restarem fornecedores registrados.
- d) pelo município, quando caracterizado o interesse público.



| Вапа | a Mansa/RJ, de | _ de 2021. |
|----------------------|----------------|------------|
| | Pregoeiro | |
| | | |
| EMPRESA VENCEDORA: | | |
| C.N.P.J.: | | |
| Representante Legal: | | |
| CPF: | | |
| Assinatura: | | |